

MAPEAMENTO DE TENDÊNCIAS EM ECONOMIA CRITIVA - FOMENTO À CULTURA -

Todos os modelos teóricos que tentam conceituar e enquadrar Economia Criativa em termos de setores econômicos e atividades profissionais concordam que artes e cultura são peças centrais da cadeia de valor criativa. Esta afirmação encontra reforço no conceito de Economia da Cultura que advoga as importâncias e as vantagens tangíveis e não tangíveis que impactam sociedades que investem sistemicamente na geração, distribuição e consumo de cultura. Estudos brasileiros apontam para uma relação na qual cada R\$1 investido em produção cultural se reverte em R\$4 movimentados diretamente na sociedade através das atividades indiretamente ligadas à produção como a distribuição e consumo. Por exemplo, um recurso investido na criação de uma música pode movimentar posterior recursos de ingressos para show, venda de direitos autorais, consumo de produtos de franchising, etc.

Desde a década de 90, o Governo Brasileiro desenvolve ações e programas, bem como cria leis que objetivam promover o investimento privado em cultura. Deste contexto é que surgem as Leis de Incentivo à Cultura que estabelecem benefícios fiscais para empresas e pessoas físicas investirem em produção cultural. Cada esfera pública da República (a Federal, a Estadual e a Municipal) tem liberdade de definir o seu próprio conjunto de leis e instrumentos à este respeito. À seguir olhamos brevemente sobre como estes instrumentos funcionam no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Nível Federal

A Lei Federal de Incentivo a Cultural (Lei nº. 8.313 de 23 de dezembro de 1991) institui e regulamenta as políticas públicas desta matéria em nível nacional. Ela é também conhecida como a Lei Rouanet (em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, secretário da cultura de quando a lei foi criada). A lei versa e postula sobre a política nacional de cultura como um todo, no entanto, os seus instrumentos mais conhecidos são os benefícios fiscais que permitem empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) aplicarem parte do seu imposto de renda (IR) devido em ações culturais. Os percentuais de 6% do IRPF para pessoas físicas e 4% do IRPJ para pessoas jurídicas, ainda que relativamente pequeno permitiu que em 2008 fossem investidos em cultura, segundo o MinC (Ministério da Cultura) mais de R\$ 1 Bilhão.

Também em nível federal, a Lei 8.685, de 20 de julho de 1993, conhecida como a Lei do Audiovisual, é o principal instrumento de injeção de recursos no mercado audiovisual brasileiro. A lei cria também um instrumento de incentivo fiscal baseado em dedução de imposto de renda para financiar a produção do audiovisual brasileiro. Além disso, cria o Fundo Setorial Audiovisual (FSA), mecanismo de subvenção do Governo que financia diretamente os produtores. Em 2011 foi aprovada a Lei 12.485, conhecida como a Lei da TV Paga, que obriga programadoras de televisão paga (como operadoras de TV à cabo, por satélite ou por telefonia móvel) a vincularem uma porcentagem mínima da sua grade de programação para conteúdo nacional. Este movimento é um estímulo direto à produção audiovisual brasileira.

Nível Estadual: Rio Grande do Sul

O Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é baseado em um conjunto de legislação que data desde 1996, com o lançamento da Lei de Incentivo a Cultura - LIC (Lei nº 10.846) até a Lei nº 14.310 de 2013 que instaura o Sistema Estadual de Cultura. Este conjunto legal prevê dois mecanismos de fomento à produção cultural no Estado: 1) Lei de Incentivo a Cultura (LIC), que é um mecanismo de fomento indireto que oferece benefício fiscal de ICMS devido para as empresas que patrocinem projetos culturais aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura; 2) o Fundo de Apoio a Cultura (FAC), um mecanismo de fomento direto que

MAPEAMENTO DE TENDÊNCIAS EM ECONOMIA CRITIVA - FOMENTO À CULTURA -

disponibiliza os recursos financeiros diretamente para os proponentes de projetos selecionados através de editais

A Gestão de 2011 a 2014 do Governo RS trabalhou com uma diretriz de fomento à cultura bastante entrosado e alinhado com os conceitos mais modernos tanto da Economia Criativa quanto da Economia da Cultura, onde toda a Cadeia de Valor criativa poderia receber recursos. Suas diretrizes orientavam os investimento em três categorias conceituas: 1) aporte orientado por finalidade, compreendendo todas as etapas do processo criativo, independente da área e do segmento cultural; 2) aporte orientado por produto, compreendendo bens e serviços culturais, considerando a especificidade de áreas e segmentos culturais; e, 3) aporte orientados por processos, compreendendo o trabalho colaborativo, considerando a importância de transferência de tecnologia entre os agentes culturais. Esta última diretriz de apoiar processos colaborativos foi uma ação extremamente inovador em termos de políticas públicas nacionais, colocando RS em posição de vanguarda. Em 2013, A Secretaria de Cultura do RS lançou o primeiro edital para fomentar processos culturais colaborativos. Até agora este edital foi o único de sua espécie. Esta modalidade foi direcionada para redes colaborativos de produção, distribuição e formação cultural. Com recurso de R\$500.000,00, vindos do FAC, o edital selecionou cinco projetos. Segundo o regulamento do edital, os projetos deveriam ser compostos por no mínimo dois produtores e contemplar pelo menos um dos objetivos listados a seguir: desenvolver processos colaborativos que contemplem alternativas criativas e inovadoras de produção, distribuição e formação cultural, promover conexões entre manifestações de diferentes áreas culturais e/ou diferentes regiões do Estado, do Brasil e do Mercosul e estimular a sustentabilidade dos processos, fortalecendo uma malha de agentes culturais capaz de favorecer a sua continuidade.

Nível Municipal: Porto Alegre/RS

O FUMPROARTE (Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre) foi criada pela Lei Municipal 7.328-04/10/1993. A Lei criou um fundo de natureza contábil especial, que tem por finalidade financiar projetos de bolsas de pesquisa e de produção artística-cultural no município. Em sua trajetória, financiou inúmeras produções das mais diversas áreas de expressões artísticas, tornando a Secretaria da Cultura de Porto Alegre reconhecida nacionalmente por gerir um fundo que alavancou a vida cultural e artística da cidade.

A Secretaria de Cultura de Porto Alegre também organiza e entrega prêmios para as diversas atividades artísticas, desde teatro e música até artes cênicas e plásticas. Os prêmios objetivam destacar a produção de qualidade e também premiar, com recursos financeiros, os primeiros colocados nas suas respectivas categorias, desta forma incentivando a produção local.

MAPEAMENTO DE TENDÊNCIAS EM ECONOMIA CRITIVA - FOMENTO À CULTURA -

A seguir, analisamos estudos de casos, sites na região metropolitana da cidade de Porto Alegre/RS, que exemplificam como estes novos negócios utilizam mecanismos de desenvolvimento da Economia da Cultura.

Plataforma Eai

<http://subterranea.art.br/eai/>

O projeto Cadernos de Gestão: compartilhamentos de espaços artísticos independentes em rede propôs o desenvolvimento de uma pesquisa em economia criativa a partir de uma rede de parceria entre diferentes espaços artísticos independentes (EAI). O resultado do projeto é a Plataforma EAI, um espaço de rede e conteúdo.

Ao longo de suas trajetórias, os espaços artísticos vêm estabelecendo redes de parcerias concretas através da organização de publicações, trocas de programação, parcerias em editais, apoios materiais, intercâmbio de conhecimento entre seus gestores. A iniciativa Cadernos de Gestão, aprovada no Edital de Concurso Pró-cultura RS FAC Processos Culturais Colaborativos SEDAC no 07/2013, buscou sistematizar, em um ambiente virtual, esta rede que já existe enquanto disponibilidade de trocas entre os gestores e propiciar um espaço de análise e debate sobre os desafios e situações enfrentadas pelos EAI no setor da gestão cultural.

Não há endereço físico para este projeto.

Translab

<https://www.translab.cc>

MAPEAMENTO DE TENDÊNCIAS EM ECONOMIA CRITIVA - FOMENTO À CULTURA -

Projeto apoiado pelo Edital de Processos Colaborativos 2013 do Governo RS. TransLAB é um laboratório cidadão que estimula cruzamentos entre Arte, Ciência, Tecnologia e Sociedade para co-criar a inovação social e novas formas de se relacionar com a cidade. O TransLAB executa quatro tipos de atividades: 1) encontros para exercitar o diálogo e troca de experiências; 2) oficinas práticas, atividades introspectivas, dedicadas ao fazer reflexivo, ou extrovertidas, orientadas para o desenvolvimento material; 3) Percursos, processos de imersão teórico-práticos m busca de descobertas para o desenvolvimento de projetos, elaboração de conceito e prototipação, até a experiência de implementação; e, 4) as chamadas Linhas de Trabalho, que são estudos teóricos e experimentais dentro de áreas específicas com desenvolvimento continuado e processual.

Rua Professor Duplan, 146 - Porto Alegre/RS

Associação Cultural Vila Flores

<http://vilaflores.net>

A Associação Cultural Vila Flores é a entidade responsável pela programação cultural do Vila Flores (conjunto arquitectónico restaurado e transformado em casa colaborativa, sede de diversas empresas e coletivos artísticos). É responsável também pela articulação junto ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em prol dos interesses da comunidade artística e criativa de Porto Alegre, assim como dos moradores e frequentadores do bairro Floresta. A ACVF trabalha focada em 4 eixos norteadores: 1) Arte e Cultura - realização de atividades (eventos, feiras, exposições, apresentações, etc) de Artes Visuais, Artes Cênicas, Audiovisual, Música, Gastronomia, entre outros; 2) Educação - promoção de cursos, oficinas, seminários e encontros para troca de conhecimentos e experiências; 3) Empreendedorismo - incentivo aos produtores locais e iniciativas que fazem a conexão entre negócios criativos, sociais e colaborativos, propiciando também a capacitação de empreendedores; e 4) Arquitetura e Urbanismo - fomento ao debate sobre questões urbanas e promoção de atividades para a concretização de projetos cujo objetivo é a melhoria da vida na cidade.

R. São Carlos, 753 - Floresta, Porto Alegre - RS, 90220-120

MAPEAMENTO DE TENDÊNCIAS EM ECONOMIA CRITIVA - FOMENTO À CULTURA -

Nós da Rede

<http://pontosdeculturars.redelivre.org.br/projeto-nos-da-rede/>

Projeto idealizado pela Comissão Estadual de Pontos de Cultura do RS e ganhador dos recursos do edital de processos colaborativos do Governo RS em 2013. É executado pelo Coletivo Catarse, a fim de articular os Pontos de Cultura e prepará-los para trabalharem a comunicação em rede. O projeto chegou ao seu término em Janeiro de 2015.

As atividades desenvolvidas foram: 1) Oficina de comunicação/assessoria em produção audiovisual voltada para a formação de equipes de comunicação, leitura crítica de vídeos, sites, coberturas, etc.; 2) Oficinas de fotografia, cobrindo noções gerais do uso do equipamento, edição de imagem, exercícios práticos; 3) Filmagens e edição: noções gerais do uso de equipamento, áudio direto e trilhas, edição de imagem, exercícios práticos, exportação; 4) Streaming: noções gerais de equipamento e software, exercícios práticos e transmissão; 5) Textos e organização/divulgação de conteúdo; 6) Oficina de conhecimento de editais e consultoria de projetos para Pontos de Cultura; 7) Apresentação e tutorial de utilização da plataforma Rede Livre.

Projeto sem endereço físico.

MAPEAMENTO DE TENDÊNCIAS EM ECONOMIA CRITIVA - FOMENTO À CULTURA -

MAPEAMENTO DE TENDÊNCIAS EM ECONOMIA CRITIVA - FOMENTO À CULTURA -